

**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
DIRETORIA DE FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS - DIFAP
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS - CGREP**

**COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS –
CGSL**

**RELATÓRIO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ
CIENTÍFICO**

01 E 02 DE ABRIL DE 2009

COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS – CGSL RELATÓRIO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ CIENTÍFICO

01 E 02 DE ABRIL DE 2009

1- Introdução

O Coordenador do Subcomitê Científico (SCC) – Antonio Clerton de Paula Pontes – deu início a reunião apresentando a proposta de agenda para discussões, constante do Anexo 1.

O Dr. Jorge Eduardo Lins Oliveira sugeriu que houvesse uma alteração na pauta proposta para a manhã do primeiro dia de reunião, fazendo com que o item referente ao diagnóstico da pesca de lagostas no Brasil fosse apresentado e discutido antes do item apresentação de informações e eventual proposta da SEAP/PR. A sugestão foi acatada por unanimidade sendo em seguida iniciada a apresentação/discussão dos assuntos agendados, como relatado a seguir.

2- Apresentação dos resultados da última reunião do Comitê de Gestão do Uso Sustentável de Lagostas no Brasil - CGSL

O Coordenador Substituto do CGSL – José Dias Neto – apresentou um resumo dos assuntos discutidos e os encaminhamentos acordados nas reuniões do Subcomitê de Acompanhamento – SCA e do CGSL realizadas em Brasília em 28 e 29/8/2008.

José Dias Neto informou que a reunião do SCA foi marcada pela reclamação unânime da ineficácia da fiscalização, fato este reconhecido pelo Coordenador Geral de Fiscalização da Diretoria de Proteção Ambiental do IBAMA – Sr. Luciano Evaristo que na oportunidade informou que naquela data (28.8.2008) estava sendo concluído um novo processo licitatório com o objetivo de contratar embarcações rápidas para a fiscalização da pesca de lagostas e esperava que já na primeira quinzena de agosto tivesse tais embarcações em plena operação.

Já na reunião do CGSL, José Dias Neto destacou que o Coordenador do Subcomitê Científico fez uma apresentação sobre o que foi tratado na reunião daquele Subcomitê, com destaque para o repermisionamento da frota lagosteira e sua distribuição por Estado, concluindo que, apesar do esforço do Governo Federal para levar a contento o processo de repermisionamento da frota lagosteira, o estado de sobrepesca de lagostas manteve-se praticamente inalterado, em virtude da descontinuidade das ações de fiscalização, da disseminação do uso de marambais, da

operação de barcos não permissionados e da persistência da prática ilegal da pesca com a utilização de compressor e caçoeira.

Nesta reunião também foi apresentada moção pelo representante do Comitê de Pesca do Estado do Rio Grande do Norte propondo que o CGSL promova o efetivo cancelamento de todas as permissões de pesca das embarcações que foram objeto de infrações ambientais e redirecione todo o contingente destas permissões para os estados que possuem déficit, com foco para correção das distorções ocorridas nos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba e que amplie o defeso de lagostas para seis meses, mesmo que o pagamento do seguro seja de cinco meses.

Já o representante da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores – CNPA encaminhou solicitação de aumento do número de embarcações permissionadas para corrigir o déficit de embarcações permissionadas, principalmente nos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba.

Por fim, informou que o CGSL aprovou a proposta de aumento do período de defeso para seis meses a partir de dezembro e a permanência das regras constantes do Plano de Gestão para o Uso Sustentável de Lagostas no Brasil quanto ao permissionamento da frota e quantidade de esforço de pesca a ser empregado nesta pescaria. Definiu ainda o adiamento da redução do nível atual do esforço de pesca para o final dos anos de 2009 e 2010 e o adiamento da implantação do PREPS por mais um ano, para os barcos maiores que 10m e menores que 15m.

3- Diagnóstico da situação da pesca de lagostas no Brasil (apresentado pelos membros do SCC presentes à reunião)

Embora os dados de produção de lagostas do ano de 2008 ainda não estejam totalmente consolidados, estima-se que tenha se mantido no nível do ano de 2007. Os desembarques de lagosta no estado do Ceará apresentaram um decréscimo da ordem de 7,6%, enquanto no estado do Rio Grande do Norte houve um acréscimo de 8,6%, em relação ao ano de 2007.

As exportações de lagostas no ano de 2008 tiveram um acréscimo de 24% em relação ao ano anterior. Vários fatores podem ser apontados como responsáveis por este incremento. Como exemplos citam-se: a possível existência de estoque de lagosta beneficiada, mas da produção do ano anterior; melhoria na qualidade do produto exportado e, redução de preço do produto no mercado internacional, entre outros.

Foi relatado ainda que em toda a área de ocorrência de lagostas permaneceu o uso de caçoeira, da prática do mergulho e a operação de barcos não permissionados (no estado do Rio Grande do Norte operaram 900 embarcações na pesca de lagostas, no ano de 2008, enquanto a frota permissionada neste estado é de 478 embarcações).

O emprego de marambais foi disseminado em praticamente todos os estados da região Nordeste.

O emprego da caçoeira e o uso do mergulho para a pesca de lagostas tem também prejudicado a coleta de dados bioecológicos e das pescarias, informações de suma importância para subsidiar a avaliação do Plano de Gestão para o Uso Sustentável de Lagostas no Brasil.

Nos anexos 2 e 3 constam relatos da situação da pesca de lagosta nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte.

4- Apresentação de informações e eventual proposta da SEAP/PR

O Assessor da SEAP/PR – Eloy de Sousa Araújo – inicialmente informou que a SEAP/PR continua desenvolvendo intensos esforços no sentido de acompanhar a aplicação do Plano de Gestão para o Uso Sustentável de Lagostas no Brasil, salientando que esta Secretaria fez constar informações no novo modelo de permissionamento de embarcações lagosteiras que possibilitam calcular o número máximo de pescadores aptos a receber o seguro defeso, procurando evitar possíveis distorções na concessão de tal benefício, entretanto já constatou que algumas Colônias de Pescadores têm utilizado o mecanismo denominado extra-rol (instituído pela Marinha do Brasil para despacho de embarcações) para aumentar o número de pescadores por embarcação.

Eloy Araújo também fez referência ao uso de marambaias para concentração de lagostas, mecanismo proibido, mas em franca utilização, principalmente por embarcações que capturam lagostas com o uso de mergulho. Neste momento o Assessor da SEAP/PR foi aparteado por alguns membros do SCC que enfatizaram ser a pesca em marambaias realizada por mergulho, forma de pesca que além de proibida eleva consideravelmente o poder de pesca de cada barco sobre os estoques de lagosta e que um grande contingente de embarcações, permissionadas ou não, estariam operando na pesca em marambaias.

O Assessor da SEAP/PR salientou que as Colônias de Pescadores, armadores de pesca e pescadores têm feito forte pressão junto àquela Secretaria no sentido de que sejam liberadas mais permissões de pesca. Argumentando que um plano de ordenamento da pesca exige constante negociação entre as partes e considerando que houve uma redução no período de pesca em função do aumento do período de defeso de quatro para seis meses, propôs que o SCC examinasse a possibilidade de aumentar o número de barcos permissionados para a pesca de lagostas. Como fundamento para sua proposta o assessor indicou o aumento na exportação de lagostas verificado no ano de 2008. Novamente, alguns membros do subcomitê científico apartearam o assessor, sempre para afirmar que no momento qualquer aumento do número de barcos, que resulta em aumento do esforço de pesca, deve ser precedido de estudos científicos que constatem a recomposição dos estoques lagosteiros, objetos de plano de ordenamento, apenas iniciado, e, já alterado, no sentido de não se aplicar as reduções de esforço previstas para os anos subsequentes ao início da validade do plano. Um questionamento foi comum a alguns membros do subcomitê científico

“como aumentar o esforço de pesca sobre o estoque de lagostas se este ainda não foi reduzido ao nível considerado ótimo pelo “Plano de Gestão para o Uso Sustentável de Lagostas no Brasil?”. O subcomitê científico entende que o aumento da exportação de lagostas não é motivo suficiente para justificar o aumento do número de barcos que operam a pesca de lagostas; vários fatores poderiam ter causado este aumento, sem que se tenha observado qualquer recuperação dos estoques explorados. São exemplos, a possível existência de estoque de lagosta beneficiada, mas da produção do ano anterior; melhoria na qualidade do produto exportado com conseqüente aumento da exportação; a existência de importante contingente de barcos não pressionados operando a pesca de lagostas o que elevaria a produção, aumento do poder de pesca dos barcos que utilizam o mergulho e marambaias como apoio, mesmo que o estoque esteja sobreexplorado e cause a elevação da sobrepesca; e, redução de preço do produto no mercado internacional, entre outros.

5- Apresentação das propostas formuladas na “Carta de Maceió”

O Coordenador Substituto do CGSL – José Dias Neto informou que a “Carta de Maceió” teve como base a “Carta de Natal”, assinada por quatro Chefes de Escritório da SEAP/PR, em fins de outubro de 2008. Destacou que teve origem numa reunião dos Superintendentes do IBAMA nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Espírito Santo, e de Chefes dos Escritórios Estaduais da SEAP/PR nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco (os mesmos que assinaram a primeira), paralela à outra reunião promovida pela DIPRO, em Maceió, para discutir ações de fiscalização da pesca.

Informou ainda que a referida carta chegou ao conhecimento do Ministério do Meio Ambiente por meio de encaminhamento do Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, no qual solicitava uma reunião para discutir tal documento. O expediente da SEAP/PR ao MMA foi encaminhado ao IBAMA, gerando um documento conjunto da Diretoria de Proteção Ambiental - DIPRO e da Diretoria de Biodiversidade e Florestas – DBFLO, do IBAMA, no qual se posicionam contrárias às propostas e à forma como o documento foi encaminhado, principalmente por ignorar o Plano de Gestão para o Uso Sustentável de Lagostas no Brasil e a existência do CGSL, fórum competente para discussão dos assuntos abordados na Carta.

A “Carta de Maceió” e o documento conjunto da DIPRO e DBFLO/IBAMA foram lidos na reunião do SCC e cópias destes documentos constantes do Anexo 2 deste relatório foram disponibilizadas para os membros do SCC.

O Dr. Sergio Mattos Chefe do Escritório da SEAP/PR no Estado de Pernambuco confirmou a informação de que as discussões que culminaram com a elaboração do documento em referência (“Carta de Maceió”) foram iniciadas ainda no final de outubro/2008 em reunião realizada em Natal-RN, contando com a participação de quatro chefes de escritórios da SEAP/PR, conforme já relatado.

O Dr. Sergio Mattos justificou o conteúdo da Carta pela pressão exercida pelo setor pesqueiro em consequência da exclusão de um número significativo de pescadores da atividade da pesca de lagostas no Brasil o que, certamente, gerará conflitos sociais, principalmente quando da adoção do próximo período de defeso quando um contingente grande de pescadores deixarão de fazer jus ao seguro-defeso.

Foi evidenciado, então, que o processo de repermisionamento dos barcos lagosteiros nunca foi entendido pelo CGSL como de “anistia” a todos os barcos que pretendiam pescar lagostas, apesar de ter sido extremamente inclusivo, na media que passou de cerca de 1.200, para 3.073 barcos permissionados. E, ainda, que todo pescador de lagostas pode regularizar um barco a vela, conforme critérios definidos pelo CGSL. Destacando-se, finalmente, que o que norteou a definição do limite de esforço de pesca, foi à situação do estoque de lagostas (capacidade de suporte) e a sustentabilidade da pescaria.

O Dr. Sérgio entende que o aumento do número de barcos se faz necessário tendo em vista reduzir a pressão existente nas praias no sentido de que se aumentando o número de barcos, emprega-se maior contingente de pescadores que futuramente terão direito ao seguro desemprego; argumenta ainda que o aumento da exportação verificada no ano de 2008 indica que a pesca de lagosta suporta um aumento do número de barcos autorizados para pescar a espécie. O Dr. Sérgio foi aparteado pelo Sr. Eloi, assessor da SEAP/PR, que afirmou existir forte pressão da comunidade pesqueira pelo aumento do número de barcos e que até existe uma lista, não oficial, de barcos que seriam beneficiados pela medida caso a mesma viesse a ser concretizada. Mais uma vez alguns membros do SCC se posicionaram contra a intenção de se aumentar o número de barcos autorizados para a pesca de lagostas; qualquer medida neste sentido deverá ser precedida de estudos fundamentados que indiquem a viabilidade da medida, com base na recuperação dos estoques.

Parte dos componentes do SCC ponderou que era forte a possibilidade de que estivesse em jogo o acesso ou não ao seguro defeso e que um eventual incremento no número de barcos permissionados (aumento no limite de esforço de pesca) não resolveria o problema (e só agravaria a situação de sobrepesca do recurso lagosta), já que certamente não atenderia a todos os que almejam o seguro. Foi, então, reconhecido, pela quase totalidade dos presentes, que esse era o real problema. Os representantes da SEAP/PR ponderaram, ainda, que o problema não era técnico mais político.

Em continuidade, ficou caracterizado que o SCC não seria o fórum para solucionar questão de ordem política e que, no CGSL, deveria ser debatida a possibilidade de recomendar a constituição de um Programa Governamental (com os recursos financeiros necessários) para atender aos anseios dos pescadores que genuinamente necessitam de apóio do Estado. Tal Programa deveria ter metas, prazos e critérios bem definidos.

Na última reunião do CGSL, conforme citado anteriormente, ficou definido o adiamento da primeira e segunda redução do nível do esforço de pesca conforme definido no Plano de Gestão para o Uso Sustentável de Lagostas no Brasil; as reduções ficariam transferidas para o final dos anos de 2009 e 2010. Assim, conforme a modificação aprovada, ao fim deste ano, deveria, na verdade, ser processada nova redução do esforço de pesca, e não o aumento ora pleiteado.

6- Recomendações do SCC para O CGSL, frente às propostas apresentadas

O SCC, ao analisar as propostas, inicialmente perguntou ao Assessor da SEAP/PR, Eloy de Sousa Araújo, se ele dispunha de algum dado ou informação técnica ou científica nova que embasasse a proposta por ele apresentada, tendo o mesmo informado não conhecer novos dados que pudessem respaldar a solicitação.

Em seguida foram considerados, também, os seguintes aspectos, para fundamentar o posicionamento do SCC:

- O pouco tempo de execução das novas medidas aprovadas pelo CGSL e constantes do Plano (pouco mais de um ano, quando o tempo mínimo para se obter algum resultado para um recurso com ciclo de vida longo, como as lagostas, é de cerca de três a quatro anos);
- O possível agravamento da sobrepesca do recurso, especialmente em alguns estados, como no CE e RN, em decorrência da pesca ilegal de mergulho, com o uso de marambaia, como apontado com os dados de produção de RN, conforme já descritos. Tal prática aumentou, em muito, o poder de pesca dos barcos e passou a concorrer de forma extremamente vantajosa com aqueles barcos que pesca legalmente (com covos);
- Que, em realidade, o que está por traz da solicitação de mais permissões é a possibilidade do recebimento do seguro defeso e não, necessariamente, a pesca de lagostas. E que tal expectativa deve ser analisada pelo Estado e, se for o caso, buscar outra saída que não contribua para comprometer a busca da sustentabilidade do uso de lagostas; e
- Finalmente, foi concluído que não existia nenhum dado ou informação técnica ou científica nova que respaldasse qualquer mudança no panorama constante no Plano proposta pelo SCC e aprovado pelo CGSL.

Em função do exposto, o SCC posicionou-se contrário à proposta apresentada pelo Assessor da SEAP/PR e também constante da “Carta de Maceió” quanto ao aumento do esforço de pesca a ser aplicado sobre os estoques de lagosta.

Tal posicionamento considerou também e principalmente que não havia fundamento em utilizar o aumento do defeso (em 60 dias) como argumento para aumentar o limite do número de covos-dia ou de permissões, vez que os dados utilizados para o cálculo

do esforço de pesca atual são o número de dias de mar por embarcação indicado no Plano de Gestão (pg. 77) que são bastante inferiores ao período total de pesca (180 dias), quais sejam: 60 dias de pesca para embarcações não motorizadas; 80 dias de pesca para barcos de madeira motorizados menores que 8m de comprimento; 90 dias de pesca para barcos motorizados de madeira entre 8 e 12m de comprimento; 100 dias de pesca para barcos motorizados de madeira maiores que 12m de comprimento; 112 dias de pesca para barcos com casco de ferro e comprimento até 25m e 120 dias para barcos com casco de ferro e comprimento superior a 25m. Portanto, o aumento do período de defeso não representa uma redução proporcional no esforço de pesca potencial de cada embarcação e conseqüentemente do total de esforço de pesca permissionado. Acrescente-se a esta constatação que o aumento do período de defeso não é uma medida permanente, podendo ser alterada ao longo dos anos e que a retirada da pesca de possíveis embarcações permissionadas, quando da redução do período de defeso não seria tarefa fácil.

Adicionalmente o subcomitê científico entende que o Plano de Gestão para o Uso Sustentável de Lagostas no Brasil deve seguir sem alteração no seu objetivo principal que propõe um esforço ótimo de 30 milhões de covos-dia, como forma de se reaver o equilíbrio dos estoques explorados. Pequenas mudanças são admissíveis, sem, entretanto perder de vista o objetivo maior, qual seja a redução do esforço de pesca a níveis ótimos. O aumento do número de barcos permissionados no momento é inviável, e, até mesmo, uma redução deve ser esperada, como conseqüência da retirada da pesca, como previsto, das embarcações que comprovadamente tenham cometido algum tipo de infração que possa desestabilizar o Plano de Gestão para o Uso Sustentável de Lagostas no Brasil.

O subcomitê científico entende que o aumento do período de defeso não resulta numa queda proporcional de esforço de pesca; tecnicamente, na maioria dos casos ocorre um aumento do esforço de pesca, com o aumento médio de dias de mar por tipo de embarcação, já que estas são mais bem preparadas, e por conseqüência permanecem por maior número de dias em atividade de pesca por temporada.

Em seguida o SCC passou a discutir as demais propostas contidas na “Carta de Maceió”, adotando as deliberações descritas a seguir:

- Permissionar as embarcações motorizadas, com o mesmo critério (ano/época de construção), dos barcos a vela.

A alteração dos critérios atuais de permissionamento da frota lagosteira implicará no aumento do esforço de pesca, situação totalmente em desacordo como Plano de Gestão para o Uso Sustentável de Lagostas no Brasil.

- Buscar a territorialização estadual de atuação da frota lagosteira até as 12 milhas náuticas.

O Plano de Gestão já contempla medidas que territorializam a ação de barcos a vela (Reservas Extrativistas – RESEX), cabendo ainda ressaltar que uma proposta de regionalização do esforço de pesca foi discutida nas reuniões para aprovação do Plano de Gestão e não foi aprovada.

- Implementar o Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras – PREPS em todas as embarcações de pesca de lagosta motorizadas.

Já está previsto para barcos acima de 10m de comprimento, sendo inviável a instalação deste equipamento em barcos menores, conforme estudo realizado pela SEAP/PR.

- Iniciar estudos para implementar medidas de ordenamento através do sistema de cotas nacional e individual de captura.

Inicialmente foi lembrado que um sistema de cota total já havia sido adotado, para a pesca de lagostas no Brasil, na década de 1980, não tendo apresentado resultados satisfatórios, por várias razões, inclusive porque a cota então fixada foi fixada em valor acima do máximo sustentável. Entretanto o SCC sugere que o órgão gestor da pesca nacional elabore estudo aprofundado sobre o assunto, num prazo de 180 dias e que o submeta ao SCC e CGSL.

- Fortalecer o sistema de fiscalização

O SCC está de acordo com esta proposta.

- Intensificar estudos que permitam a sustentabilidade da atividade lagosteira, com destaque para a inovação tecnológica dos meios de produção.

O SCC está de acordo com esta proposta, principalmente no que concerne a tecnologias de acondicionamento do pescado a bordo e em plantas de beneficiamento.

- Ampliar as ações de educação ambiental e fomento da atividade para facilitar a implementação desta regulamentação.

O SCC está de acordo com esta proposta, já contemplada no Plano de Gestão.

- Criar ferramentas de controle da produção e comercialização (DOP).

Foi informado que o IBAMA está elaborando um sistema eletrônico de monitoramento da origem da produção de lagostas, nos moldes do DOF (Documento de Origem de Produtos Florestais) que será levado à discussão no CGSL.

- Criar um grupo de trabalho para discutir as particularidades estaduais

O SCC está de acordo com esta proposta, já contemplada no Plano de Gestão, através da formação dos grupos estaduais de gestão do uso sustentável de lagostas.

7- Informe sobre a situação atual do Projeto Mapas de Bordo

O coordenador do Projeto Mapas de Bordo para a região Nordeste – José Heriberto Meneses de Lima, apresentou o seguinte informe:

A Instrução Normativa que regulamenta a pesca de lagostas excluiu a obrigatoriedade do preenchimento e entrega dos mapas de bordo pelos barcos de pesca com menos de 10 metros, ficando os mesmos obrigados apenas ao fornecimento da declaração de produção mensal.

Em função do elevado número de embarcações não motorizadas licenciadas para a pesca de lagostas e considerando que não é necessário dispor dos dados de captura e esforço de todas as embarcações, na última reunião do SCC, foi recomendado que os barcos menores deveriam ser dispensados do preenchimento e entrega dos mapas de bordo. Entretanto, reconhecendo a importância de se dispor dos dados das pescarias desenvolvidas por esta frota, foi recomendado que os dados das suas operações de pesca deveriam ser coletados através de entrevistas, quando abordados por coletores de dados nas praias. O texto da IN deverá ser avaliado para atender especificamente esta recomendação.

Durante o ano de 2008 foram realizadas viagens aos estados do Ceará, Sergipe, Alagoas, Bahia e Maranhão para divulgação dos mapas de bordo, através de palestras dirigidas aos armadores e mestres de pesca, com o objetivo de orientá-los adequadamente sobre o preenchimento correto dos formulários de mapas de bordo da pesca de lagostas com armadilhas e, também, quanto aos procedimentos de entrega dos mapas no IBAMA ou na SEAP/PR.

Foram recebidos mapas de bordo pelas SUPES/IBAMA dos estados do Ceará, Bahia, Piauí e Paraíba. No estado do Rio Grande do Norte, não estão sendo coletados mapas de bordo, uma vez que a pescaria de lagostas continua sendo realizada com petrechos de pesca não permitidos (caçoeira e mergulho com compressor).

A análise dos dados dos mapas de bordo indica a existência de falhas no preenchimento dos dados, tais como omissão do local de pesca, do número da licença de pesca, informação de posição de pesca em terra e sobrestimação das capturas em algumas viagens. Torna-se necessário uma crítica dos mapas de bordo no momento do recebimento para sanar as deficiências acima apontadas e melhorar a qualidade dos dados obtidos.

Os coletores de dados deverão ser envolvidos no processo de crítica quando do recebimento dos mapas de bordo, sendo necessário capacitá-los para este trabalho, através de treinamento específico pelos técnicos responsáveis pela execução do projeto nos estados.

O recebimento de mapas de bordo fora dos prazos não deverá ser mais aceito, pois impossibilita a verificação dos dados fornecidos nos mapas de bordo.

Toda a digitação dos dados dos mapas de bordo coletados no ano de 2007 foi feita no CEPENE, utilizando a planilha Excel. No mês de outubro de 2008 foi realizada a contratação de serviços especializados para o desenvolvimento de um módulo de entrada dos dados de mapas de bordo, o qual passou a ser utilizado pela SUPES/IBAMA/CE no início de 2009.

Todos os dados dos mapas de bordo da pesca de lagostas com armadilhas estão sendo digitados neste sistema de banco de dados. O sistema foi desenvolvido para gerar um recibo de entrega dos mapas de bordo para cada viagem de pesca; um relatório dos dados digitados e um relatório anual dos dados de captura, esforço de pesca e CPUE, consolidados por embarcação e viagem de pesca. O sistema inclui ainda uma rotina de crítica dos dados, durante a digitação, permitindo a correção e/ou eliminação dos dados incorretos.

Para que os dados gerados pelo sistema mapas de bordo possam ser interpretados corretamente e utilizados nas análises de avaliação dos estoques é de fundamental importância a qualidade das informações. Para tanto, incluiu-se no projeto mapa de bordo, que está sendo executado no corrente ano, o início das atividades de embarque de observadores de bordo, para comprovar a veracidade das informações sobre: as áreas de pesca, as capturas e o esforço de pesca fornecidos pelos pescadores, assim como para dispor de informações sobre as capturas rejeitadas a bordo, as características dos petrechos de pesca e da sua utilização.

Os embarques de observador de bordo na frota lagosteira são importantes para confirmar os elevados valores de CPUE, que resultaram do processamento preliminar dos dados e a grande variação destes valores, que podem ser o resultado da operação de pesca com redes caçoeira.

A utilização de observadores de bordo para a verificação dos dados e informações coletados nos mapas de bordo está inclusive prevista na INI 26 (no parágrafo único do Art. 5º).

Os dados e informações gerados pelo PROBORDO e PREPS, sobre a composição das capturas acidentais; características dos petrechos de pesca; a duração das fainas de pesca e as capturas efetuadas por lance e por espécie, bem como a área de operação e os dias de pesca são importantes para complementar os dados oriundos do Sistema Mapas de Bordo e deverão ser utilizados para avaliar a qualidade destas informações.

Os responsáveis pela coordenação do Projeto Mapa de Bordo, nos centros especializados, participaram do curso de capacitação/treinamento do PREPS, realizado em dezembro de 2007, com vistas a possibilitar a utilização dos dados do PREPS. Neste sentido, torna-se necessário criar Núcleos de Rastreamento dentro dos Centros Especializados, bem como, provê-los com máquinas e equipamentos mais robustos, a fim de que se possa operacionalizar adequadamente o monitoramento das frotas pesqueiras.

8- Informe sobre a execução do Plano de Monitoramento das Lagostas Vermelha (*Panulirus argus*) e Verde (*Panulirus laevicauda*) e da Atividade Pesqueira da Frota Lagosteira no Nordeste do Brasil e Espírito Santo – PROJETO LAGOSTA

O Coordenador do SCC e também Chefe do CEPENE – Clerton Pontes fez um breve relato sobre a situação do Projeto Lagosta executado/coordenado pelo CEPENE, informando que no decorrer do ano de 2008 a Analista Ambiental Carla Carneiro Marques – executora/coordenadora do Projeto foi transferida para a Base do Centro Mamíferos Aquáticos em Belém-PA. Citou ainda que em decorrência da aplicação das novas medidas de ordenamento, notadamente a proibição da caçoeira, o acesso às informações nos desembarques e as atividades executadas a bordo da frota comercial foram bastante dificultadas e, em alguns estados tais atividades não puderam ser executadas uma vez que, apesar da proibição, a pesca de lagostas foi realizada com o uso da caçoeira e do mergulho.

Informou ainda que o Projeto Lagosta tem como metas principais:

- a) coleta de dados de captura e esforço de pesca nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e Espírito Santo, fazendo uso das informações coletadas pelos projetos Estatpesca e Mapas de Bordo e ainda por meio da coleta de dados bioestatísticos a bordo das embarcações lagosteiras;
- b) coleta de dados biológicos nos desembarques, nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e Espírito Santo;
- c) coleta de dados biológicos e estatísticos durante os embarques na frota comercial nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, quando são coletado, maturação gonadal e sobre a fauna acompanhante em embarques bimensais;
- d) coleta de dados biológicos nas indústrias de pesca no estado do Ceará.

O executor do Projeto Lagosta no estado do Ceará – Samuel Bezerra – informou que durante toda a temporada de pesca de 2008 só foi possível viabilizar três embarques para coleta de dados a bordo de embarcações da frota comercial, mesmo assim o terceiro embarque relativo ao mês de outubro foi frustrado em função de a embarcação ter retornado ao porto no terceiro dia por problema no motor, e o embarque previsto pra o mês de dezembro foi suspenso em virtude da antecipação do período de defeso. Informou ainda que as amostragens na indústria de pesca foram realizadas e que os dados coletados estão em fase de processamento.

Já o executor do Projeto Lagosta no estado do Rio Grande do Norte – José Airton de Vasconcelos relatou que naquele estado foi praticamente impossível realizar qualquer atividade do Projeto, visto que a frota do estado operou somente com rede do tipo caçoeira e como apoio a pesca de mergulho com uso de compressor. Entretanto foi constatado que uma embarcação sediada no município de Touros estava operando com covos e foi possível realizar apenas um embarque para amostragem biológica, não sendo possível dar continuidade ao trabalho, devido o proprietário ter retirado a embarcação desta atividade. Quanto à entrega de Mapas de Bordo nenhuma embarcação permissionada cumpriu com esta exigência

No estado de Pernambuco não foi possível realizar amostragem a bordo pelo mesmo motivo descrito para o estado do Rio Grande do Norte, sendo possível somente a realização de amostragens nos desembarques.

No estado do Espírito Santo também não foi possível realizar amostragem nos desembarque, conforme estava previsto na metodologia do Projeto, visto que a frota daquele estado operou somente com o uso de caçoeira.

Em geral o subcomitê científico entende que o projeto lagosta como elaborado, se executado na íntegra, por certo atenderia as necessidades de pesquisa que dariam o melhor suporte ao Plano de Gestão para o Uso Sustentável de Lagostas no Brasil. Reconhece, entretanto, que os recursos financeiros e, principalmente, de pessoal destinados ao projeto não são suficientes para o bom desenvolvimento do projeto. Como é sabido, a pesca de lagosta se expande por uma extensa área que vai do estado do Amapá até o estado do Espírito Santo; assim, entende-se que o projeto lagosta necessita de uma coordenação efetiva, realizado por uma supervisão geral e por supervisões nos estados. Entende ainda o SCC que o projeto lagosta pode ainda ser executado a partir de menor número de estados, sem perda significativa da qualidade científica das conclusões a serem obtidas, sendo os locais de controle definidos pelas características ambientais diferenciadas nas localidades. O subcomitê entende, ainda, que a coleta de dados biológicos deve ser precedida de ampla discussão para se definir com objetividade o que se pretende estudar, casos existem em que se deseja avaliar a dinâmica da pesca, e, em outras ocasiões se pretende conhecer a dinâmica da espécie.

Diante do quadro desfavorável à execução do Projeto Lagosta foi proposta e aprovada a realização de uma reunião técnica específica com a equipe executora do projeto e com consultores *ad-hoc* convidados para rever principalmente o desenho amostral, recursos humanos e financeiros necessários para sua plena execução.

9 – Recomendações do SCC para a pesquisa

Entende-se que o projeto lagosta é atual e permite a obtenção de dados que possibilitam se conhecer as informações biológicas e pesqueiras dos estoques de

lagosta necessários ao ordenamento da pesca do recurso. Trabalhos pontuais, também importantes, devem ser estimulados, a exemplo dos projetos que permitam se conhecer a fase jovem das lagostas, desde a fase ovo até a fase pré-juvenil, muito pouco conhecido; dos projetos que permitam a estimativa da densidade de puerulus e juvenis que possibilitam correlações diversas para se prever produções; dos estudos sócio-econômicos que permitam se conhecer o estado da pesca e a condição social do pescador de lagosta; e, dos estudos com vistas à melhoria da qualidade da lagosta destinada a comercialização, entre outros.

O SCC recomenda ainda que o IBAMA e a SEAP/PR, de forma articulada viabilizem a elaboração e publicação de editais para pesquisa induzida, via CNPq, que contemplem os estudos acima citados.

10 – Outros pontos a considerar e encaminhamentos

O Coordenador do SCC fez referência à decisão do Departamento de Comércio dos Estados Unidos da América, via NOAA (Nacional Oceanic and Atmospheric Administration), estabelecendo o tamanho mínimo de 14cm de cauda para a lagosta vermelha importada por aquele país. Seguiram-se comentários sobre o assunto e seus efeitos nas exportações de lagostas brasileiras, sendo encaminhado que tal decisão fosse levada ao conhecimento do CGSL no sentido de alertar o setor produtivo exportador para se adaptar a esta nova regra e avaliar a possibilidade de adequação das estratégias de beneficiamento e embalagem para exportação.

ANEXO 1

REUNIÃO DO SUBCOMITÊ CIENTÍFICO – LAGOSTA

AGENDA

01.4.09

09:00h – 10:00h – Apresentação dos resultado da última reunião do Comitê de Gestão do Uso Sustentável de Lagostas no Brasil – José dias Neto – Secretário Executivo do CGSL

10:00h – 11:00h – Diagnóstico da situação da pesca de lagostas no Brasil – Membros do Subcomitê Científico

11:00h – 12:00h – Apresentação de propostas de alteração do Plano de Ordenamento da Pesca de Lagostas no Brasil – Eloy de Sousa Araujo – Representante da SEAP

14:00h – 15:00h – Apresentação das propostas formuladas na “Carta de Maceió”

15:00h – 18:00h – Recomendações do SCC para o Comitê de Gestão para o Uso Sustentável de Lagostas – CGSL, frente às propostas apresentadas

02.4.09

09:00h – 10:00h – Informe sobre a situação atual do Projeto Mapas de Bordo

10:00h – 11:00h – Apresentação e discussão sobre a execução do Plano de Monitoramento das Lagostas vermelha (*Panulirus argus*) e verde (*P. laevicauda*) e da Atividade Pesqueira da Frota Lagosteira no Nordeste do Brasil e Espírito Santo – Projeto Lagosta Pontes

11:00h – 12:00h – Apresentação e discussão de projetos pesquisa

14:00h – 16:30h - Recomendações do SCC para a pesquisa

16:30h – 17:30h – Outros pontos a considerar e encaminhamentos

17:h – 18:00h - Encerramento

ANEXO 2

RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DO PROJETO LAGOSTA NO ESTADO DO CEARÁ NO ANO DE 2008.

DIAGNÓSTICO DA PESCA DE LAGOSTA E SITUAÇÃO DA PESQUISA

A temporada da pesca da lagosta no ano de 2008 foi marcada principalmente pela queda abrupta do preço pago a nível do produtor, sendo a lagosta adquirida pelo valor em torno de R\$ 35,00. Adicionalmente, os armadores sofreram com as pressões do Ministério do Trabalho, em função de acordo para normalização das relações trabalhistas.

Por outro lado, através de suas lideranças, os pescadores pressionaram no sentido de ampliar o período de defeso e o número de permissões de pesca de lagosta, com o objetivo de credenciar um maior contingente de pescadores ao recebimento do “seguro defeso”.

Por sua vez, o setor exportador cearense que tradicionalmente lideravam as exportações, cedeu espaço para “novas empresas” que passaram a comandar o ranking dos exportadores. Este detalhe tem relação direta com a mudança na postura das empresas cearenses perante o setor produtivo, que já vem se processando há anos e é marcada pela drástica diminuição ou ausência completa do adiantamento de crédito nas praias (abastecimento e manutenção das embarcações fornecedoras). Com o início da crise mundial de crédito, mesmo com a valorização do dólar frente ao real, o setor enfrentou a retração do mercado internacional com mudança no sistema de negociação, que modificando a forma de pagamento e impondo ou priorizando o produto com alto padrão de qualidade, afetando sobremaneira o setor. Isto forçou o setor a busca de solução, com reflexos positivos na qualidade da lagosta, que passou em grande parte a ser desembarcada viva.

SITUAÇÃO DA PEQUISA NO ESTADO DO CEARÁ

- Amostragem biológica

- A bordo: Foram programadas quatro viagens para coleta de informações biestatística de bordo. Entretanto só foi possível executar três embarques e mesmo assim o embarque de outubro foi frustrado em função da quebra do motor do barco. De toda forma, os dados coletados foram digitados e disponíveis para análise.
- Nos desembarques: As amostragens nos desembarques foram mantidas, sendo acompanhadas pelos coletores do IBAMA/Estatpesca, durante toda temporada, a frota lagosteira dos municípios de Fortim (sede), Beberibe (Parajuru), Cascavel (Barra Nova) e Acaraú (sede).
- Na indústria: A amostragem dos tamanhos comerciais na indústria foi mantido durante a temporada 2008 e os dados foram adquiridos junto à unidade de Camocim da empresa EMPESCA S/A e encontram-se em fase final de processamento.

SITUAÇÃO DA ESTATÍSTICA

- Coleta de dados de captura

A coleta de informações sobre a atividade pesqueiras em geral, incluído os dados de captura e esforço de pesca das embarcações que se dedicam a pesca da lagosta, vem sendo realizada normalmente pelo Projeto Estatpesca.

PRODUÇÃO 2007 e 2008 (t).

- Por tipo de embarcação

FROTA	2007	2008	Difença
Bote vela	137,1	30,5	-106,6
Paquete	196,1	137,9	-58,2
Canoa	257,9	87,9	-170,0
Jangada	34,0	38,8	4,8
Lancha pq.	60,9	65,6	4,7
Lancha md.	874,8	1.132,7	257,9
Lancha gr.	607,5	674,9	67,4
Barco ind.	7,6	1,8	-5,7
Bote motor	10,4	1,8	-8,6
Catamarã	0,0	0,1	0,1
Canoa a Motor	0,0	6,4	6,4
Total	2.186,1	2.178,5	-7,6

- Por mês

ESPÉCIE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2007	0,0	2,3	0,0	0,0	0,1	272,7	461,1	531,1	275,9	226,8	217,4	198,6	2186,1
2008	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	509,6	429,9	377,3	280,5	365,0	216,1	0,1	2178,5
diferença	0,0	-2,3	0,0	0,0	-0,1	236,9	-31,2	-153,8	4,6	138,2	-1,3	-198,5	-7,6

- Por aparelho de pesca

Arte de pesca	2007	2008	Difença
Cangalha	381,9	242,6	-139,3
Manzuá	1.487,3	1.256,4	-230,9
Compressor	47,6	116,5	68,9
Caçoeira	269,3	563,1	293,8
Total	2.186,1	2.178,5	-7,6

- Por município

Espécies	Icapuí	Aracati	Fortim	Beberibe	Cascavel	Aquiraz	Fortaleza	Caucaia	S. G. Amarante	Paracuru	Parapipaba	Trairi	Itapipoca	Amontada	Itarema	Acarauá	Cruz	Jijoca	Camocim	Barroquinha	TOTAL
2007	299,0	92,0	78,5	167,3	42,3	11,6	162,5	2,1	2,9	8,5	7,6	92,5	85,1	76,3	403,9	472,9	1,7	0,3	177,1	2,2	2.186,1
2008	108,9	68,9	2,6	170,9	75,0	16,4	315,0	0,8	0,7	5,0	0,0	31,4	10,3	2,6	621,5	637,6	2,7	0,7	104,3	3,2	2.178,5
diferença	-190,1	-23,0	-76,0	3,6	32,8	4,8	152,5	-1,3	-2,2	-3,5	-7,6	-61,1	-74,8	-73,7	217,6	164,7	1,0	0,4	-72,8	1,1	-7,6

ESFORÇO DE PESCA (2007 e 2008)

- Por tipo de mês e tipo de embarcação.

Número de embarcação que pescaram lagosta, por tipo e mês, no ano de 2007.

Tipo de embarcação	Mês							Média
	06/2007	07/2007	08/2007	09/2007	10/2007	11/2007	12/2007	
Jangada	112	162	150	124	88	68	58	108,9
Bote vela	302	332	319	307	264	222	163	272,7
Bote motor	54	53	51	45	43	26	29	43,0
Bote remo	3		1					2,0
Canoa	420	543	498	446	315	120	69	344,4
Catamarã	3	4	3	1	2	2	3	2,6
Lancha grande	58	62	81	95	104	62	92	79,1
Lancha média	239	299	327	349	308	209	245	282,3
Lancha pequena	30	42	42	43	47	29	22	36,4
Barco industrial				2	1	1	1	1,3
Paquete	631	856	818	699	627	382	262	610,7
Total	1852	2353	2290	2111	1799	1121	944	1.781,4

Número de embarcação que pescaram lagosta, por tipo e mês, no ano de 2008.

Tipo de embarcação	Mês							Média
	06/2008	07/2008	08/2008	09/2008	10/2008	11/2008	12/2008	
Jangada	189	181	141	88	94	113	3	115,6
Bote vela	320	322	294	246	236	213		271,8
Bote motor	59	52	36	24	18	17		34,3
Bote remo	22	13	20	21	16	12	10	16,3
Canoa motor		2	2	2	2	2		2,0
Canoa	599	594	577	506	587	454	186	500,4
Catamarã	3	3	3		1	3		2,6
Lancha grande	132	131	117	105	99	71		109,2
Lancha média	445	434	368	328	313	269	1	308,3
Lancha pequena	58	49	41	28	30	25	1	33,1
Barco industrial			3					3,0
Paquete	927	896	731	545	563	471	104	605,3
Total	2754	2677	2333	1893	1959	1650	305	1.938,7

Comparativo do esforço de pesca 2008 – 2007.

Tipo de embarcação	Mês							Média
	06/2008	07/2008	08/2008	09/2008	10/2008	11/2008	12/2008	
2007	1.852	2.353	2.290	2.111	1.799	1.121	944	1.781,4
2008	2.754	2.677	2.333	1.893	1.959	1.650	305	1.938,7
Diferença	902	324	43	-218	160	529	-639	157,3

ESTRATÉGIAS DE CAPTURA

O perfil da frota dedicada a pesca da lagosta e as estratégias de pesca vêm modificando mais acentuadamente nos últimos anos. Fruto da necessidade de se adaptar a realidade dos estoques lagosteiros e de um ordenamento pesqueiro em constante mutação, observa-se claramente a importância que o componente sócio-político tem assumido e sua influência no cenário da pesca da lagosta. A necessidade de comprovação de atuação na pesca da lagosta, para se habilitar ao recebimento do seguro defeso, tem induzido parte significativa das embarcações, principalmente embarcações a vela, a prática desta modalidade de pesca.

Na tentativa de ampliar as capturas, garantindo a rentabilidade da faina pesqueira, os produtores têm exercitado a criatividade e empregado estratégias que quase sempre resultam no aumento do esforço de pesca. Neste sentido, a carga dupla, tripla ou até superior a capacidade de transporte das embarcações tem sido usadas, através de viagens sucessivas de transporte dos petrechos de pesca aos pontos de pesca e seu manuseio constante, com revezamento da vigilância no material de pesca. Outra modalidade que ultimamente tem crescido em popularidade, principalmente no litoral Leste do Estado é a construção de atratores artificiais. As marambaias, como são conhecidas, tem a função de atrair e concentrar as lagostas facilitando o processo de captura, que por vezes é realizado com o emprego da perigosa prática do mergulho livre.

Estas estruturas vêm causando preocupação, pois, têm uma grande probabilidade de concentrarem indivíduos jovens, em função da profundidade onde são colocadas. Além do mais, constituem-se em potencial ponto de conflito no mar, vez que, cada “proprietário e/ou grupo de proprietários” das marambaias, requer(em) uso exclusivo na sua área de abrangência.

ANEXO 3

DIAGNÓSTICO DA PESCA DE LAGOSTA E SITUAÇÃO DA PESQUISA NO R. G. DO NORTE

1. SITUAÇÃO DA PEQUISA

- Amostragem biológica (a bordo, nos desembarques, na indústria)

Ressalte-se que poucas embarcações no Rio Grande do Norte utilizam o covo na captura de lagosta, portanto somente 1 embarque foi possível realizar, durante o mês de junho, entretanto em face deste armador ter retirado a sua embarcação da atividade as metas ficaram prejudicadas. Quanto as amostragens nos desembarques e nas indústrias não foram realizadas porque são oriundas de pesca ilegal.

2. SITUAÇÃO DA ESTATÍSTICA (Coleta de dados de captura e esforço)

Embora o estado tenha sido contemplado com 478 permissões (144 a vela e 334 motorizadas), foi constatado que nenhum proprietário dessas embarcações entregou o Mapa de Bordo, referente as atividades de 2008, entretanto o mapa de produção tenha sido entregue pela maioria, ressaltado-se que esses mapas só foram entregues, na sua maioria, a partir de janeiro de 2009 quando a renovação foi efetuada, além do que muitos desses mapas os seus dados, provavelmente, não são reais.

3. PRODUÇÃO (por tipo e mês, referente aos anos de 2007 e 2008)

A produção desembarcada de lagosta de 2008 ainda não foi fechada, entretanto a de 2007 está contida nas Tabelas abaixo.

Produção de lagosta do Rio Grande do Norte, separada por mês, referente a 2007

Espécies	Meses												Total
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
Lagosta	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	183,2	209,9	123,5	81,9	109,1	69,8	119,4	897,1
Lagosta-sapata	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	1,3	3,9	2,3	3,2	1,5	1,5	14,4
Total	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	183,9	211,2	127,4	84,2	112,3	71,2	120,9	911,5

Produção de lagosta do Rio Grande do Norte, separada por tipo de frota de frota, referente a 2007

Espécies	Tipo de barco								Total
	BMG	BMM	BMP	BOC	CAM	CAN	PQM	PQT	
Lagosta	23,1	440,4	180,0	14,5	15,0	4,2	3,5	216,4	897,1
Lagosta-sapata	2,7	9,5	2,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	14,5
Total	25,8	449,9	182,0	14,6	15,1	4,2	3,5	216,5	911,6
%	2,8	49,4	20,0	1,6	1,7	0,5	0,4	23,7	100,0

4. ESFORÇO DE PESCA (Por tipo de embarcação)

A tabela abaixo mostra a frota lagosteira que operou no RN durante a temporada de 2008, separado por aparelho de pesca, bem como o quantitativo de embarcações que receberam permissão da SEAP. Verifica-se que apenas 13 embarcações operaram com o método permitido

Frota lagosteira operante e licenciada do RN, separada por localidade e arte de pesca - 2008

CONTROLE ESTATPESCA						Número de embarcações licenciadas SEAP
Aparelhos de pesca	CAC	COM	MEL	COL	Total	
Baia Formosa	29	9	0	0	38	19
Bote a Motor	16	9	0	0	25	
Bote a Vela	13	0	0	0	13	
Tibau do Sul	3	0	0	0	3	4
Barco a Motor	3	0	0	0	3	
Bote a Vela	0	0	0	0	0	
Pirangi do Sul	0	14	0	0	14	7
Barco a Motor	0	14	0	0	14	
Bote a Vela	0	0	0	0	0	
Pirangi do Norte	3	0	0	0	3	5
Barco a Motor	1	0	0	0	1	
Bote a Vela	2	0	0	0	2	
Canto do Mangue (Natal)	0	7	0	0	7	7
Barco a Motor	0	7	0	0	7	
Bote a Vela	0	0	0	0	0	
Ponta Negra (Natal)	1	0	0	0	1	10
Barco a Motor	0	0	0	0	0	
Bote a Vela	1	0	0	0	1	
Redinha (Natal)	2	3	0	0	5	4
Barco a Motor	2	3	0	0	5	
Bote a Vela	0	0	0	0	0	
Cais das Empresas (Natal)	9	0	0	0	9	8
Barco a Motor	9	0	0	0	9	
Bote a Vela	0	0	0	0	0	
Pitangui	0	30	0	0	30	23

Barco a Motor	0	30	0	0	30	
Bote a Vela	0	0	0	0	0	
Muriu	11	23	0	0	34	30
Barco a Motor	1	23	0	0	24	
Bote a Vela	10	0	0	0	10	
Maxaranguape	4	5	0	0	9	14
Barco a Motor	4	5	0	0	9	
Bote a Vela	0	0	0	0	0	
Maracajau	3	0	15	0	18	26
Barco a Motor	2	0	0	0	2	
Bote a Vela	1	0	15	0	16	
Caraubas	13	0	0	0	13	5
Barco a Motor	0	0	0	0	0	
Bote a Vela	13	0	0	0	13	
Rio do Fogo	7	35	63	0	105	29
Barco a Motor	3	35	0	0	38	
Bote a Vela	4	0	63	0	67	
Zumbi	1	6	0	0	7	11
Barco a Motor	1	6	0	0	7	
Bote a Vela	0	0	0	0	0	
Pititinga	17	0	0	0	17	15
Barco a Motor	0	0	0	0	0	
Bote a Vela	17	0	0	0	17	
Touros	31	0	0	1	32	42
Barco a Motor	20	0	0	0	20	
Bote a Vela	11	0	0	1	12	
Carnaubinha	40	0	0	0	40	23
Barco a Motor	3	0	0	0	3	
Bote a Vela	37	0	0	0	37	
Cajueiro	29	29	12	0	70	24
Barco a Motor	12	29	0	0	41	
Bote a Vela	17	0	12	0	29	
Lagoa do Sal	57	0	0	0	57	19
Barco a Motor	15	0	0	0	15	
Bote a Vela	42	0	0	0	42	
São José	6	0	1	1	8	5
Barco a Motor	3	0	0	0	3	
Bote a Vela	3	0	1	1	5	
Monte Alegre	31	0	0	0	31	1
Barco a Motor	8	0	0	0	8	
Bote a Vela	23	0	0	0	23	
Perobas	7	0	0	0	7	1
Barco a Motor	0	0	0	0	0	
Bote a Vela	7	0	0	0	7	
São Miguel do Gostoso	27	0	0	11	38	18
Barco a Motor	13	0	0	10	23	
Bote a Vela	14	0	0	1	15	
Exu Queimado (Pedra Grande)	13	13	0	0	26	10
Barco a Motor	0	13	0	0	13	
Bote a Vela	13	0	0	0	13	
Caiçara do Norte	39	56	0	0	95	22
Barco a Motor	1	56	0	0	57	
Bote a Vela	38	0	0	0	38	
São Bento do Norte	5	0	0	0	5	0
Barco a Motor	0	0	0	0	0	
Bote a Vela	5	0	0	0	5	
Galinhos	0	0	0	0	0	8
Barco a Motor	0	0	0	0	0	
Bote a Vela	0	0	0	0	0	
Macau	1	0	0	0	1	0
Barco a Motor	1	0	0	0	1	
Bote a Vela	0	0	0	0	0	
Porto do Mangue	18	5	0	0	23	14
Barco a Motor	3	5	0	0	8	
Bote a Vela	15	0	0	0	15	
Rosado (Porto do Mangue)	0	0	14	3	17	3
Barco a Motor	0	0	11	3	14	
Bote a Vela	0	0	3	0	3	
Cristovão	10	2	0	0	12	5
Barco a Motor	10	2	0	0	12	
Bote a Vela	0	0	0	0	0	
Areia Branca	23	0	0	0	23	27

Barco a Motor	23	0	0	0	23	
Bote a Vela	0	0	0	0	0	
Ponta do Mel	15	0	0	0	15	16
Barco a Motor	5	0	0	0	5	
Bote a Vela	10	0	0	0	10	
Tibau do Norte	9	0	0	0	9	14
Barco a Motor	5	0	0	0	5	
Bote a Vela	4	0	0	0	4	
Pernambuquinho (Grossos)	8	0	0	0	8	9
Barco a Motor	8	0	0	0	8	
Bote a Vela	0	0	0	0	0	
Areia Alvas (Grossos)	7	0	0	7	14	2
Barco a Motor	0	0	0	0	0	
Bote a Vela	7	0	0	7	14	
Total	472	237	105	23	837	478
Motor	172	237	11	13	433	
Bote a Vela	300	0	94	10	404	

5. ESTRATÉGIAS DE CAPTURA (Petrechos e métodos de pesca utilizados e uso de marambaias)

O uso de atrator artificial (marambaia) na pesca de lagosta do RN é um fato concreto e as embarcações que pescam mergulho são as que mais utilizam desse artifício.

As caçoeriras ainda continuam sendo o principal método utilizado nas pesca de lagosta, com 56,4%, sendo seguido pelo compressor (28,3%), mergulho livre (12,5%) e o covão apenas com 2,8% do total.